


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
Rua Albano Buzo, 367
Ibate - SP
Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0001134-67.2008.8.26.0233**
Classe - Assunto: **Prestação de Contas - Exigidas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 09/01/2014 11:36:43 faço estes autos conclusos ao
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
subscrevi.

RELATÓRIO

Transportadora Marca de Ibaté Ltda propôs ação de prestação de contas contra **Banco Safra SA** em relação aos contratos vinculados à conta corrente mencionada na inicial.

Ao final da primeira fase do procedimento, sobreveio sentença de procedência (fls. 82/87), confirmada pelo TJSP (fls. 124/129), determinando ao réu a prestação de contas à autora "abarcando todo o período das relações materiais havidas (contratos de abertura de crédito e contas correntes), detalhadamente, de forma inteligível, apontando todos os lançamentos efetivados, encargos aplicados, juros, comissões, capitalizações, pagamentos e créditos que advierem das aludidas relações materiais, discriminando, pormenorizadamente, a evolução das mesmas e, ao final, apontando o resultado aritmético do saldo devedor ou credor".

Iniciada a segunda fase do procedimento, o banco prestou as contas e trouxe documentos (fls. 142/466).

A autora requereu perícia contábil para a análise da prestação (fls. 480), o que foi deferido (fls. 518/519); todavia, a autora não recolheu os honorários periciais, julgando-se preclusa a realização da perícia (fls. 535). Manifestaram-se as partes.

FUNDAMENTAÇÃO

O primeiro ponto a observar é que a ação de prestação de contas não se presta à revisão judicial dos contratos, ou à declaração de nulidade de cláusulas contratuais com impacto sobre o cálculo do saldo devedor.

A prestação de contas significa, na realidade, **"fazer alguém a outrem, pormenorizadamente, parcela por parcela, a exposição dos componentes de débito e crédito resultantes de determinada relação jurídica, concluindo pela apuração aritmética do saldo credor ou devedor, ou de sua inexistência"**(Adroaldo Fabrício, Comentários ao Código de Processo Civil de 1973, v. VIII, tomo III, p. 305).

A base para os cálculos é o contrato, ou são os contratos. A desconsideração do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DISTRITAL DE IBATÉ
 VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367
 Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

que foi contratado, com a declaração da nulidade deste ou daquele encargo, geraria inequívoco tumulto processual, inviabilizando a prestação de contas, que passaria a ser uma ação com condenação do réu na obrigação de recalcular segundo critérios judiciais, e não de prestar contas.

Ainda que assim não fosse, é fora de dúvida que eventual declaração judicial obrigando que, na prestação de contas, seja desconsiderado este ou aquele encargo, ou reduzidos os juros, ou afastada a capitalização, somente seria adequada na sentença proferida na primeira fase do procedimento judicial. Na segunda fase – esta em que estamos – isso é impossível.

Em síntese, descabe aqui qualquer avaliação sobre a (in)validade das cláusulas dos contratos que são objeto das contas prestadas.

Pois bem. Examinando detidamente as contas de fls. 142/466, verifica-se foram apresentadas em forma mercantil, com a especificação de receitas e despesas, e, ademais, foram instruídas com os documentos justificativos.

Não há elementos para que sejam infirmadas. Todavia, observo que foi indicado o saldo devedor na conta corrente apenas, sem consideração sobre todos os demais contratos. Tal fato deve ser bem registrado na sentença, para que não dê ensejo a confusões.

Há que ser aceita a prestação de contas, até porque aspectos técnicos insuscetíveis de serem apreciados pelo juízo, a respeito dos quais seria pertinente a prova pericial, restaram prejudicados diante da preclusão de tal prova (fls. 480, 518/519, 535).

DISPOSITIVO

Ante o exposto, homologo, julgando-as boas, as contas prestadas pelo réu às fls. 142/466, declarando ainda que o saldo *na conta corrente* é igual a zero desde a data de 07/07/09,

Tendo em vista que a autora não aceitou as contas apresentadas pelo réu – que ao final foram admitidas pelo juízo - condeno-a em custas, despesas processuais e honorários advocatícios devidos por esta segunda fase (REsp 174.814/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/1998, DJ 26/10/1998, p. 124), arbitrados estes, por equidade, em R\$ 678,00.

P.R.I.

Ibaté, 13 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA